

# A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

*The insertion of the feminist agenda in the UN agenda in the documents from the I Women's Conference to the Sustainable Development Goals*

Mariana Pimenta Oliveira Baccarini<sup>1</sup>   
Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves<sup>2</sup>   
Beatriz Ribeiro Rocha<sup>3</sup>   
Stela da Rocha de Medeiros Dantas<sup>4</sup> 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.65886]

Recebido em: 20/02/2023  
Aprovado em: 08/05/2024

**Resumo:** Grande parte da estabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, depende da sua capacidade de se adaptar aos novos tempos. Caso se mantivesse estática, perderia relevância, tendo em vista as mudanças políticas, sociais e culturais que afetam diretamente as relações internacionais. Assim, analisar a inserção da temática de mulheres e de gênero na agenda da ONU é o objetivo primordial deste artigo. Para tanto, procedemos com uma pesquisa exploratória dos documentos finais produzidos nas principais conferências organizadas pela ONU sobre mulheres e nas agendas de desenvolvimento do Milênio e de Desenvolvimento Sustentável. Buscamos identificar as principais agendas dos feminismos nos documentos finais por meio de análise de conteúdo indutiva e utilização do software *Atlas.TI9*. A análise aponta que o âmbito do debate na ONU se orienta muito mais pela demanda por direitos sociais, enfatizados no feminismo do Sul Global, e pautas difusas presentes nos demais feminismos, que recebem ou perdem ênfase incrementalmente ao longo das décadas. Por fim, apontamos alguns direcionamentos e hipóteses futuras de trabalho.

**Palavras-chave:** Feminismo; ONU; agenda institucional; mudança institucional; ideias.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba – E-mail: mariana.baccarini@academico.ufpb.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba – E-mail: pascoal.goncalves@academico.ufpb.br.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Paraná – E-mail: beatrizribeirorocha075@gmail.com.

<sup>4</sup> Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: stelad\_medeiros@hotmail.com.

**Abstract:** Much of the stability of the United Nations Organisation (UNO), created in 1945, depends on its ability to adapt to new times. If it remained static, it would lose relevance, given the political, social and cultural changes that directly affect international relations. Thus, analysing the inclusion of women's and gender issues on the UN agenda is the main objective of this article. To this end, we carried out an exploratory study of the final documents produced at the main conferences organised by the UN on women and the Millennium Development Agenda and the Sustainable Development Agenda. We sought to identify the main agendas of feminisms in the final documents by means of inductive content analysis and the use of Atlas.ti 9 software. The analysis shows that the core of the debate at the UN is much more oriented towards the demand for social rights, emphasised by the feminism of the Global South, and diffuse agendas present in other feminisms, which receive or lose emphasis incrementally over the decades. Finally, we point to some future directions and hypotheses.

**Keywords:** Feminism; UN; institutional agenda; institutional change; ideas.

## **1. Introdução**

O estudo da mudança institucional usualmente salienta as mudanças bruscas ocorridas por choques externos, como grandes guerras ou crises econômicas, que tendem a desestabilizar e reorganizar a ordem institucional. Entretanto, nas últimas décadas, os institucionalistas buscam analisar de que forma as mudanças também podem ocorrer gradualmente nas instituições, inclusive por meio da incorporação de novas ideias que surgem na sociedade (Campbell, 2004; Mahoney & Thelen, 2010)<sup>5</sup>.

Por sua vez, o feminismo é um exemplo de como ideias geram mudanças na forma de pensar e estruturar a sociedade. Suas ideias e agenda adentraram o campo teórico, da militância e nos centros de tomada de decisão (Walters, 2021).

Partindo de tais reflexões, este artigo visa analisar a inserção de ideias, temas e agendas do movimento feminista na agenda da ONU desde a criação da instituição, e, em especial, entre 1975 a 2015. Para tanto, analisamos qualitativamente os documentos oficiais resultantes das Conferências voltadas para o debate das questões de gênero, assim como dos documentos que dão origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Partimos do suposto inicial que a própria organização de conferências específicas sobre mulheres no âmbito da ONU já denota um impacto da pauta feminista na Organização.

O presente trabalho apresenta uma análise exploratória dos documentos a partir da seguinte problemática: É possível afirmar que há uma mudança no “discurso” da ONU sobre os problemas e desafios enfrentados pelas mulheres no mundo? Podemos identificar ênfases e mudanças no uso de determinados termos disputados ou silenciados ao longo das décadas?

Para a realização da pesquisa, foram analisados os seguintes documentos: Relatórios da Conferência na Cidade do México (1975), Conferência de Copenhague (1980), Conferência de Nairóbi (1985), Conferência de Pequim (1995), Beijing + 5 (2000), Declaração do Milênio (2000), Beijing + 10 (2005), Beijing + 15 (2010), e a Agenda 2030 (2015).

Para tanto, foi necessária a utilização do método dedutivo com a elaboração de um *codebook* feito a partir dos principais termos inseridos nas pautas chaves do

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento teórico da teoria institucionalista de mudança institucional ver: Campbell (1998); Conran & Thelen (2016); Greif & Laitin (2004); Perissinotto, R & Stumm (2017); Schmidt (2010); Weyland (2008).

movimento feminista, sendo eles: o direito político, civil, social e questões raciais, com a utilização do software Atlas.ti 9.

O trabalho está subdividido em três partes para além desta introdução e das conclusões: o levantamento das ideias e agendas feministas; a luta das mulheres para trazer o debate para as Nações Unidas; e, por fim, a análise de conteúdo dos documentos.

## **2. O movimento feminista: ideias e agendas**

O feminismo busca a libertação da mulher das atribuições impostas pelo patriarcado ao gênero feminino. Há articulação entre a militância e a fundamentação teórica, e seu discurso possui um caráter filosófico e político ao criticar o modelo patriarcal da sociedade (Silva, 2019). Didaticamente, os estudos feministas utilizam a denominação de *ondas* para se referir a um determinado momento e às demandas feministas características de uma época específica. Divide-se, então, na academia em quatro grandes ondas, não excludentes entre si, pois uma é originada da outra. (Kang, Lessard, Heston, 2017).

### *2.1.As ondas do movimento*

O feminismo surge na virada do século XVIII para o XIX (Miguel & Biroli, 2015; Garcia, 2015). Apoiadas no debate filosófico e jurídico desencadeado pela “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), pensadoras apontam a necessidade da atuação feminina na vida política e pública, uma vez que as mulheres também deveriam ser consideradas cidadãs (Gouges, 2007; Garcia, 2015; Walters, 2021).

A educação universal é considerada o caminho necessário para as mulheres alcançarem a sua independência no campo político, social e econômico, dado que a sociedade negligenciava uma parcela da população ao proporcionar um sistema educacional direcionado aos homens. (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015; Wollstonecraft, 2016; Walters, 2021). Considerada a fundadora do feminismo moderno, Mary Wollstonecraft publica sua obra “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (1792), destacando as opressões sofridas pelas mulheres na sociedade (Miguel & Biroli, 2015; Garcia, 2015).

Os anos de 1840 marcaram a ação das líderes operárias na busca pela emancipação feminina, como Jeanne Deroin e Flora Tristan, essenciais na luta contra o meio de produção capitalista e na exposição da situação da mulher proletária (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015). Em contrapartida, em 1851, Sojourner Truth entoou uma fala no

**Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

*Women's Convention*, em Akron, Ohio, no qual questionou se ela, mulher negra, não seria considerada uma mulher. Truth evidenciou a exclusão das mulheres negras na sociedade norte-americana, destacando a pauta de gênero e raça (Garcia, 2015; Hooks, 2020).

Na análise das ondas do feminismo, diferentes pautas foram elaboradas, a saber do lugar de fala e experiência das mulheres. Logo, a Primeira Onda é delimitada cronologicamente entre a metade do século XIX até meados de 1920, onde as principais demandas foram o sufrágio universal para mulheres e direitos à participação na vida política e econômica (Gray & Boddy, 2010).

O movimento em prol do direito ao voto foi realizado pelas Sufragistas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Essa demanda buscava o reconhecimento das mulheres como cidadãs completas e um maior poder político para torná-las capazes de promover mudanças reais (Walters, 2021). O liberalismo é a filosofia política por trás da primeira onda, e o feminismo liberal ganha forma nas vozes de Harriet Taylor e Stuart Mill. Por possuir um forte viés de classe, duras críticas são feitas à abordagem por deslegitimar a vivência de mulheres que não fossem brancas e de classe média (Garcia, 2015; Silva, 2019).

Em reação a esta corrente, surge o feminismo de classe, sendo ele socialista, marxista e anarquista, que conectou opressões de classe às questões de gênero. Contudo, mesmo possuindo estratégias de atuação diferente, tanto as mulheres burguesas quanto socialistas protestavam em busca de ações igualitárias na arena política e econômica (Garcia, 2015, p. 52). Assim, após a Primeira Guerra Mundial, a realidade da participação política feminina, por meio do voto, já se fazia presente em boa parte dos países desenvolvidos desta época. O período das Guerras Mundiais afetou as mulheres, as quais foram instigadas a servir no que se chamou de front interno, fazendo com que saíssem do âmbito da vida privada para trabalhar dentro da esfera pública, exercendo funções de enfermeiras nos campos de batalha, por exemplo (Silva, 2019; Walters, 2021).

Consequentemente, a atuação das mulheres na guerra evidenciou a capacidade que tinham de exercer funções fora do ambiente doméstico (Silva, 2019). Após a guerra, muitas não queriam abdicar da recente conquista da independência (Friedan, 1971).

O livro *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, deu novas bases teóricas e questionamentos para o movimento, sendo considerado um texto essencial para compreender o feminismo contemporâneo (Garcia, 2015). Beauvoir (2008) expôs a condição de outro ao qual a mulher era submetida, vista como um ser inferior em relação

**Baccarini et al. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

aos homens. Logo, ela buscou entender a construção social do que se considera o feminino e o cerceamento de questões tanto políticas quanto sociais vivenciado pelas mulheres em decorrência dessas expectativas atreladas ao gênero. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”, Beauvoir (2008) retomou o debate sobre a condição biológica e social da mulher, diferenciando essas duas percepções através do entendimento entre sexo e gênero, sendo o primeiro uma questão biológica e o segundo uma construção social que atrelava certas características ao ser biológico (Miguel & Biroli, 2015).

A Segunda Onda tem como ponto característico uma forte demanda por direitos civis, a apresentação e o debate de pautas relacionadas a questões ligadas ao corpo feminino, aos padrões de beleza impostos pela sociedade, à saúde e o processo de reprodução com os métodos contraceptivos, bem como críticas ao uso da imagem das mulheres por meio da pornografia (Silva, 2019). Foi no eixo Europa-Estados Unidos, durante os anos de 1960 e 1970, que essa discussão mais se evidenciou, tendo sido Betty Friedan, autora de “A Mística Feminina” (1963), uma das principais representantes (Garcia, 2015; Silva, 2019).

Todavia, as lideranças negras, latinas e asiáticas possuíam papéis de importância durante o mesmo período, e reivindicavam o fim da segregação sexual ocupacional no emprego e a liberdade pelos direitos reprodutivos das mulheres, sendo essa uma luta contra as estruturas de poder do patriarcado (Kang, Lessard, Heston, 2017). As mulheres do Sul Global também protestavam em favor de pautas específicas das suas localidades, como: o processo de descolonização, direitos das minorias, discriminação racial e os movimentos estudantis (Alves & Pitanguy, 2003; Walters, 2021). Assim, frentes de lutas se tornaram generalizadas, em diferentes países, independentemente do contexto histórico e da realidade socioeconômica. Questões como: sexualidade e violência; saúde; ideologia; e a formação profissional e o mercado de trabalho se destacaram (Alves & Pitanguy, 2003).

Por meio desta busca por romper com a lógica do privado e do individual, as feministas enveredaram na lógica da coletividade, destacando a necessidade da união entre as mulheres. Assim, slogans como: “Sisterhood is powerful”<sup>6</sup> se destacaram. Logo, a ideia da sororidade e do empoderamento foram centrais nas falas das feministas (Alves & Pitanguy, 2003; Garcia, 2015; Silva, 2019).

---

<sup>6</sup> Tradução livre: “Sororidade é Poder”. Para aprofundamento ver: Morgan, Robin (1970). *Sisterhood is Powerful*. Editora Vintage.

O feminismo radical surge nos anos de 1970 e traz a questão biológica da mulher como raiz da opressão, uma vez que as funções reprodutivas da mulher são exploradas pelo patriarcado, condicionando as mulheres a um papel submisso dentro da sociedade. As feministas debatiam sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, defendendo a sua liberdade de ação (Silva, 2019). Além de buscar ocupar o espaço público, as mulheres defendiam a necessidade da transformação do espaço doméstico, criando o slogan “o pessoal é político” (Garcia, 2015). Segundo Garcia (2015, p. 90) “uma das características mais importantes dos grupos radicais foi seu impulso igualitarista e anti-hierárquico: nenhuma mulher é melhor que outra”.

Assim, as feministas da segunda onda objetivavam a conscientização coletiva como forma de empoderamento feminino. Além disso, incorporaram a luta pelos direitos civis como forma de ação, utilizando-se de métodos não-violentos, como as marchas de pacifismo contra a guerra do Vietnã, as bases militares e os testes nucleares nos países do Sul Global (Confortini, 2010; Kang, Lessard, Heston, 2017; Silva, 2019; Walters, 2021).

Com o fim do século XX e as mudanças no sistema internacional (fim da Guerra Fria e dissolução da URSS, fim das Ditaduras na América Latina e consolidação dos EUA como grande potência) observa-se forte renovação das perspectivas sociais. O feminismo de Terceira Onda se inicia nesse contexto, marcado por questões pós-estruturalistas, e buscando fugir das falhas da segunda onda, causadas pelo enfoque no sexo e tendências à universalização das vivências das mulheres (Silva, 2019). Neste momento se observa a consolidação das diversas correntes, em uma tentativa de separar e não generalizar o movimento, dando enfoque para as subjetividades e singularidades das diversas experiências. Esse momento também marcou o assentamento do feminismo como uma corrente acadêmica, em que houve uma junção entre o movimento político, o ativismo e a academia (Narvaz & Koller, 2006; Garcia, 2015).

O feminismo de Terceira Onda é composto por novas gerações de mulheres, que consideram que a igualdade de gênero e a autorrealização é um direito delas, uma vez que o feminismo sempre esteve presente em suas vidas. Algumas discussões problematizadas pelo movimento dizem respeito à produção cultural e aos ideais de beleza impostos pela mídia, enquanto aspectos da política tradicional tendem a perder espaço (Snyder, 2008). Segundo Silva (2019), o feminismo interseccional ganha visibilidade, por conta da ideia dessa visão de não atribuir as opressões somente ao gênero. Para bell hooks, não se pode separar o sexismo de outros tipos de opressões como racismo, classismo e homofobia,

pois eles se sobrepõem. Uma visão mais interseccional das desigualdades faz com que se inspire uma união maior entre os movimentos. (Kang, Lessard, Heston, 2017; Silva, 2019).

Outras abordagens feministas ganham evidência. O feminismo identitário focou em trazer as experiências de mulheres negras, latinas e lésbicas, evidenciando que as diferenças entre as mulheres ocasionam uma diferença nas experiências e na percepção social. O feminismo do bem-estar social trouxe à pauta demandas para que o Estado conceda mais programas sociais para auxiliar as mulheres de renda mais baixa. O feminismo pós-moderno acadêmico busca a desconstrução por meio de discursos práticos e é contra a generalização de experiências. Surge também o feminismo pós-colonial, que tem como cerne críticas ao imperialismo ocidental moderno e coloca em evidências e especificidades das pautas das mulheres do Terceiro Mundo (Gray & Boddy, 2010; Silva, 2019).

O aumento do uso da internet como meio de comunicação permitiu uma revolução na forma de acesso aos conteúdos e às informações, e caracterizou, assim, a Quarta Onda do Feminismo. O uso intensivo das redes sociais e do ciberativismo possibilitou a conexão entre mulheres de diferentes países e contextos sociais, econômicos e políticos. A troca fez com que debates locais se tornassem mundiais, como, por exemplo, o “Ni Una Menos”, movimento que se iniciou na Argentina como forma de denunciar as práticas de violência contra as mulheres. Alguns termos também se popularizaram no meio digital, como forma de denunciar as práticas de violência psicológica, moral, sexual e intelectual sofridas pelas mulheres, sendo elas motivadas a partir do gênero, como, por exemplo: gaslighting, slut-shaming, mansplaining, manerrupting e bropropriating<sup>7</sup> (Silva, 2019).

---

<sup>7</sup> De acordo com Silva (2019, p. 29), o termo gaslighting se refere a um “jogo de manipulação psicológica no qual o ‘equilíbrio mental’ da mulher é colocado em questão a fim de interditar a sua fala”. Esse termo é usado para referenciar mulheres e taxá-las como loucas apenas por serem mulheres. É uma representação de abuso psicológico sofrido pelas mulheres. O slut-shaming faz referência ao chamar uma mulher de “puta”, tendo como base as vestimentas e comportamento dessa mulher. É um termo machista “que julga o comportamento sexual de uma mulher a partir de suas roupas, jeito de falar, maquiagem etc.” (Silva, 2019, p. 31), colocando esses fatores como justificativa para o assédio e violência sexual sofrida pelas mulheres. Mansplaining, manerrupting e bropropriating podem ser entendidos como práticas de violência de silenciamento da mulher. Mansplaining, ou “homem explicando”, caracteriza a ação do homem explicar algo óbvio a uma mulher, ação essa que ele não repetiria com outro homem. O manerrupting é a interrupção do homem às falas das mulheres, ou seja, é o movimento “quando um homem não deixa uma mulher concluir qualquer frase ou raciocínio que esteja desenvolvendo, sempre interrompendo sua fala.” (Silva, 2019, p. 32). Por fim, o bropropriating “é um tipo de apropriação intelectual, ocorre quando um homem se apropria de uma ideia, um texto, uma criação de uma mulher e se aproveita para tomar os créditos daquilo como se fosse dele” (ibidem).

Desse modo, a quarta onda do feminismo dá visibilidade para as diferentes realidades e experiências das mulheres, uma vez que busca proporcionar o respeito às diversidades e a liberdade delas. Logo, o atual discurso do feminismo destaca a ideia do “lugar de fala”, e do respeito à representatividade que isso proporciona (Silva, 2019).

Sendo assim, é importante perceber que as ondas do feminismo deram destaque às pautas e temáticas específicas levantadas pelas mulheres, como, por exemplo, a busca pelos direitos civis, econômicos, políticos e sociais. Logo, o (s) feminismo (s) é um movimento que buscou, e busca, reivindicar os direitos das mulheres na sociedade. Ou seja, é um processo de busca constante pela aquisição desses direitos, fruto de uma ação contínua da evolução social e política da sociedade, visto que os direitos das mulheres não foi algo dado de forma natural e espontâneo (Silva, 2019).

### **3. A luta das mulheres nas Nações Unidas**

As ideias e pautas feministas ultrapassaram as fronteiras físicas e buscaram influenciar a agenda das relações internacionais. Segundo Jain (2005), a participação das mulheres no processo decisório da ONU é constantemente vista como uma evolução inerente às conquistas da própria instituição. No entanto, a presença do movimento feminista na ONU em sua busca pela igualdade de gênero está diretamente relacionada com os acontecimentos históricos da sociedade, fundamental para a promoção de mudanças. Nos debates feministas, a linguagem e as expressões são variáveis importantes para a compreensão das demandas e do discurso do movimento, principalmente em instituições internacionais. Ao longo das décadas ocorreram uma série de ressignificações, como da própria palavra mulher, e das expressões sexo e gênero (Jani, 2005).

Segundo Charlesworth e Chinkin (2013), já na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU em 1946, surge a demanda pelo reconhecimento da atuação feminina na Segunda Guerra Mundial. O destaque para as mulheres na ONU foi fruto da atuação de Bertha Lutz no momento de idealização da Carta da instituição, na Conferência de São Francisco em 1945. Delegada brasileira na conferência, Bertha Lutz lutou pelo reconhecimento da igualdade de acesso e de oportunidades entre mulheres e homens no âmbito das Nações Unidas (Brasil, 2017). Na resolução da Assembleia foi proposto ainda que os países garantissem às mulheres os mesmos direitos que aos homens.

Também em 1946, foi criada a Comissão para o Status da Mulher (Commission the Status of Women – CSW), cuja função principal era recomendar pautas políticas e econômicas aos demais órgãos da ONU e uma das primeiras realizações foi a assegurar a neutralidade de gênero dentro da Declaração dos Direitos Humanos (1948). No final dos anos 1960 e início dos anos 70, a CSW redigiu a “Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (Dedaw, 1967).

A partir dos anos 1970 é possível analisar uma mudança na abordagem realizada pelos diferentes grupos de mulheres que passaram a focar nas convenções da ONU, uma vez que foi percebido uma atuação das mulheres para além das euro-americanas, como mulheres da América Latina e Caribe (Walters, 2021). Isso dialogou de forma intensa com as pautas da segunda onda que ocorriam no período (Jani, 2005). Em 1972, devido às pressões de ONGs lideradas por mulheres, a Assembleia Geral decidiu pela realização de um encontro com o propósito oficial de discutir a igualdade entre os gêneros (Charlesworth & Chinkin, 2013).

A conferência ocorreu em 1975 na Cidade do México, e transparece a preocupação sobre como as condições de subdesenvolvimento impactam a vida das mulheres de forma direta e criam uma situação de exploração dupla – na vida de trabalho e em casa. Viu-se que seria necessário retirar obstáculos que ocasionassem problemas para a integração das mulheres dentro do desenvolvimento nacional. Para promover a expansão do debate, decidiu-se que o período de 1975 até 1985 seria declarado a Década da Mulher. Na Assembleia Geral foram identificadas três estratégias/propostas principais sobre as mazelas enfrentadas pelas mulheres: 1) a igualdade plena entre os sexos; 2) a participação das mulheres em questões de desenvolvimento; 3) um aumento da atuação das mulheres no fortalecimento da paz. Essa pauta estava em concordância com o que os movimentos feministas dessa geração defendiam: o debate sobre sexo e gênero, a busca pelo desenvolvimento dos países após o processo de descolonização, e a luta contra as ações militaristas nos países do Sul Global (Jani, 2005; Stephenson, 1982; ONU, 2000). Em consonância, em 1979 foi elaborada a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (Cedaw, 1979; Jani, 2005).

A segunda conferência da Década das Mulheres ocorreu em 1980, em Copenhague. Entre 1975-1980 ampliou-se a concepção de que o conceito de igualdade era maior do que o trazido pelo feminismo ocidental, incitando os governos a se comprometerem com a igualdade de gênero e uma maior participação de mulheres dentro

**Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

de aspectos econômicos e de desenvolvimento social (Jani, 2005). Além disso, percebeu-se a ligação entre o desenvolvimento nacional e a liberação da mulher, sendo o desenvolvimento não suficiente para solucionar os problemas da desigualdade de gênero (ONU, 2000).

O lema da Conferência de Copenhague, “Educação, Saúde e Emprego”, representava uma parte das lutas que generalizou na época, independentemente da localização geográfica e de orientação do movimento feminista. As mulheres debatiam sobre saúde, reprodução, sexualidade, violência, formação profissional e o mercado de trabalho (Alves & Pitanguy, 2003).

Em 1985 ocorreu em Nairóbi a Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, reconhecida pelo nascimento do feminismo global. As análises dos dados recolhidos pela ONU demonstraram que, durante a década, houve pouco progresso no status das mulheres. Os objetivos da Década das Mulheres não haviam sido alcançados (Zinsser, 2002; ONU, 2000).

A Conferência de Pequim, em 1995, marca um novo capítulo no debate de gênero, com participação recorde de delegações de países e representantes de organizações não-governamentais, incluindo representantes de 189 governos. Como resultado da conferência firmou-se a “Plataforma para Ação” com doze pontos, estratégias e ações para solucionar as problemáticas que giram em torno das mulheres<sup>8</sup> (ONU, 1995). Foram criados objetivos estratégicos e ações focadas nos governos, incluindo recomendações para ONGs, partidos políticos, instituições internacionais e outros atores (ONU, 2000).

Assim, o documento declara que a igualdade entre homens e mulheres era uma questão de direitos humanos e justiça social, além de um pré-requisito necessário para os objetivos mais amplos de igualdade, desenvolvimento e paz. Desse modo, três conceitos foram destacados na Plataforma, a saber: a integração da perspectiva de gênero; o empoderamento feminino; e a transversalidade de gênero (Pacheco, 2018).

Desses esforços, muitos foram posteriormente capturados e sistematizados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para 2000-2015 (Hirsu, 2019). Dos oito ODM propostos, dois possuem métricas voltadas para os direitos das mulheres: o

---

<sup>8</sup> São elas: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e o Meio Ambiente; e o Direito das Meninas

**Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

ODM 3, que trata sobre igualdade de gênero, e o ODM 5, que envolve a saúde da mulher na maternidade. A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres passaram a ser tratados como uma meta explícita (ODM 3), porém, o restante dos objetivos foi formulado em termos genéricos, algo preocupante, uma vez que a experiência mostrou que, a menos que mulheres e meninas fossem mencionadas explicitamente nos documentos de política, elas provavelmente seriam negligenciadas (Kabeer & Sweetman, 2015).

Para o alcance das metas, fazia-se necessária uma abordagem baseada em direitos humanos, em consonância com os princípios da indivisibilidade, interdependência e universalidade de direitos, além de apoio às organizações de mulheres e movimentos que podem ativar e energizar tal agenda. O que não ocorreu (Sem, 2019).

Entre a virada do milênio e 2015, três eventos mobilizaram a agenda internacional sobre mulheres: Beijing + 5, em 2000, e Beijing + 10, em 2005, e Beijing + 15, em 2010. Os encontros foram destinados a tratar dos avanços, retrocessos e estagnações acerca da situação das mulheres no mundo, baseados no documento produzido na Conferência de Pequim, em 1995, a Plataforma de Ação. Apesar de apontarem avanços, muito ainda precisava ser feito para a efetiva implementação da plataforma, e a violência e a pobreza continuavam sendo os principais obstáculos à igualdade de gênero em todo o mundo (ONU MULHERES, S/D).

Em 2015 foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nova agenda complexa e interligada, com dezessete objetivos para serem alcançados até 2030. As organizações feministas entraram na discussão com forças renovadas, em especial pela criação da ONU Mulheres, em 2010. Dentro e fora da ONU, reivindicar o espaço institucional foi fundamental para a capacidade feminista de participar efetivamente em pé de igualdade nas discussões internacionais. Elas mobilizaram-se e defenderam uma ampla gama de questões que se tornaram parte dos ODS e seus objetivos (Sen, 2019).

O ODS 5 é voltado à conquista da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e conta com oito metas, que pregam pela erradicação da discriminação; fim da violência sexual e tráfico de mulheres; fim do casamento infantil; políticas de bem-estar social para mulheres; igualdade de oportunidades; saúde da mulher; direitos econômicos; utilização da tecnologia para o empoderamento; fortalecimento de políticas para mulheres (ONU, 2016). É digno de nota o fato de que as negociações estavam ocorrendo em um contexto de enfraquecimento do multilateralismo e as tentativas de alguns governos de

reverter os direitos humanos da mulher e a igualdade de gênero nas discussões dos ODS, suas metas e indicadores (Sen, 2019).

O desenvolvimento histórico da luta feminista, que se reflete na ONU, não necessariamente implica em aderência total à pauta feminista por parte da organização e seus membros. Os documentos resultantes das conferências e acordos refletem, em grande medida, as limitações intrínsecas às negociações, tendo em vista se tratar de questões polêmicas para muitos Estados.

A luta pelo poder interpretativo dos documentos sempre esteve muito presente no desenvolvimento dos documentos e relatórios finais de conferências oficiais da ONU. Ao longo de décadas de atuação, o movimento feminista e suas organizações aprenderam a importância dos lobbys nos encontros prévios às conferências. A “batalha dos parênteses” ou “batalha dos colchetes” é constantemente referida ao lidar com a escrita dos documentos como a dificuldade em inserir determinadas questões nos planos de metas e ações das instituições da ONU. Mencionar explicitamente algumas temáticas pode ser visto com maus olhos por determinadas delegações, ou como enviesamento político. Por isso, as negociações pelo que entra ou não nos documentos costuma se estender por encontros e eventos antes das conferências oficiais, sendo este o momento onde ocorre somente a assinatura final pelas delegações. O lobby é essencial para a manutenção de determinadas temáticas no documento final (Kabeer & Sweetman, 2015).

Desta forma, consideramos que uma análise do conteúdo dos documentos da ONU nos possibilita compreender em que medida pautas históricas da agenda feminista são inseridas na agenda da organização. Esta análise será o foco da próxima seção do artigo.

#### **4. Um olhar transversal das Conferências: análise de conteúdo dos documentos**

Texto Como descrito anteriormente, o movimento feminista foi se diversificando, criando variações e agendas específicas e complexas, crescendo exponencialmente. Ao mesmo tempo, as organizações feministas buscavam seu espaço nas negociações internacionais, representando diversos interesses, cada vez mais interseccionalizados.

Entretanto, como um todo, a luta do movimento feminista é por direitos, em seus variados aspectos. A leitura dos documentos da ONU nos remete a evolução particular da agenda feminista paralelamente à busca pela inserção desta agenda nas discussões no âmbito institucional internacional. Como dito anteriormente, as ondas feministas não são excludentes, mas complementares e interseccionais. Portanto, entende-se que, em um

primeiro momento, de forma generalista e enquanto opção metodológica para realização da pesquisa, podemos categorizar as pautas da agenda feminista enquanto direitos civis, políticos e sociais.

A análise de conteúdo dos documentos das nove conferências da ONU sobre as mulheres foi feita de forma dedutiva, ou seja, com a elaboração anterior de um codebook baseado na leitura dos documentos, da luta das mulheres no âmbito das diferentes ondas de feminismo e termos relacionados a fim de ampliar o escopo das dimensões analisadas. O codebook foi inicialmente elaborado partindo de três tipos de direitos: 1. Direitos civis; 2. Direitos políticos; 3. Direitos sociais.

Um cidadão precisa ter garantido essas três faces dos direitos, pois ao não os possuir, não poderia se reconhecer enquanto um cidadão pleno. Quanto ao primeiro, os direitos civis são os fundamentais a vida, dizem respeito à liberdade, ao direito de propriedade, de igualdade perante a lei, de livre manifestação de pensamentos e organização. Estão entrelaçados substancialmente à existência de uma justiça independente, eficaz e de acesso comum, garantidora da civilidade e das liberdades individuais (Carvalho, 2002).

É possível existir sociedades que respeitam os direitos civis e não os direitos políticos de sua população, sendo assim a existência de uns independe da garantia de outros. Porém, não é possível que existam direitos políticos sem os direitos civis. Os direitos políticos se referem às possibilidades de participação do cidadão em sua sociedade, sendo expressado nas capacidades de fazer manifestações políticas, de votar e ser votado; e, sem os direitos civis, estes se tornam esvaziados, não podendo garantir a legitimidade de suas ações ou sua existência (Carvalho, 2002).

Por fim, o terceiro ponto, são os direitos sociais. São eles que integram o cidadão à sociedade, que em sua efetivação permitem o acesso à educação, trabalho, salário justo, saúde, aposentadoria. Sua existência não está necessariamente vinculada à existência de direitos políticos e civis, porém, sem os outros, seu alcance pode estar severamente comprometido. Os direitos sociais estão intrinsecamente ligados à garantia de justiça social, na tentativa de garantir a todos o mínimo de bem estar social (Carvalho, 2002).

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (Carvalho, 2002. P.10).

Os direitos civis foram analisados a partir de quatro subtipos de direitos: 1.1 Igualdade; 1.2 Liberdade; 1.3 Vida/segurança; e 1.4 Propriedade. Os Direitos Sociais foram subdivididos em três dimensões: 3.1 Saúde e Direitos Reprodutivos; 3.2 Trabalho; e 3.3 Educação. Os Direitos Políticos não foram subdivididos. Posteriormente, foi incluída uma quarta dimensão, intitulada interseccionalidades, com termos que remetem às questões étnico-raciais. A fim de facilitar a inspeção manual da codificação automática dos termos (ver tabela abaixo), utilizamos também termos basilares.

**Tabela 01: Codebook**

<b>Tipo De Direitos/Termos Buscados</b>	<b>Codificação automática</b>	<b>Codificação final (após limpeza manual)</b>
<b>1. Direitos Civis</b>		
<b>1.1 Igualdade</b>		
Egalitarian	0	0
Emancipation	21	20
Equal Rights	72	72
Equality	932	929
Equitable	91	76
Inequality	75	72
<b>1.2 Liberdade</b>		
Divorce	7	7
Freedom	72	52
Freedom Of Association	6	6
Freedom Of Conscience	1	1
Freedom Of Expression	8	8
Freedom Of Marriage	0	0
Freedom Of Opinion	1	1
Freedom Of Speech	0	0
Liberty	9	9
Religious Freedom	1	1
<b>1.3 Vida/Segurança</b>		
Abuse	80	80
Child Marriage	9	9

**Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

Crime	42	29
Early Marriage	18	18
Exploitation	104	101
Harassment	24	24
Insecurity	8	8
Misogyny	0	0
Moral Harassment	1	1
Offence	6	6
Oppression	41	38
Persecution	8	8
Political Asylum	0	0
Prostitution	58	58
Rape	43	43
Refugee	96	96
Security*	261	0
Sexism	3	3
Sexual Assault	4	4
Sexual Violence	23	23
Subjugation	0	0
Violation*	34	0
<b>1.4 Propriedade</b>		
Right Of Ownership	0	0
<b>2. Direitos Políticos</b>		
Right To Vote	4	4
Suffrage	0	0
Vote*	425	0
<b>3. Direitos Sociais</b>		
<b>3.1 Saúde E Direitos Reprodutivos</b>		
Abortion	53	53
Contraceptive	7	7
Family Planning	71	71
Interruption Of Pregnancy	3	3

**Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

Maternity Leave	9	9
Reproductive Health	96	96
Reproductive Rights	25	25
Sexual Rights	4	4
<b>3.2 Trabalho</b>		
Employment	383	382
Equal Pay	30	30
Job	51	50
Labor	0	0
Task*	43	0
Work	554	318
<b>3.3 Educação</b>		
Education	659	656
School	63	63
Study	54	16
Teacher	7	7
<b>4 Interseccionalidades</b>		
4.1 Raça		
Race/Racial <sup>9</sup>	155	49
Racism	74	68
Black <sup>10</sup>	11	8
Non-White	0	0
Not White	0	0
Ethnic Group	4	7
Racial		
Discrimination/Discrimination	59	175
Based On Race		
Ethnic Origin	2	5
Ethnicity	15	15
Ethnic <sup>11</sup>	32	21

<sup>9</sup> Foi utilizado como referência para codificar manualmente “racial discrimination”

<sup>10</sup> Todos os resultados encontrados são referentes à “black women” e no contexto do apartheid.

<sup>11</sup> Usado para codificar Ethnic Group e Ethnic Origin. As codificações remanescentes versam sobre questões étnicas e limpeza étnica principalmente.

**Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

Colour	6	5
<b>0.0 Termos Basilares</b>		
Gender; Girl; Woman; Women; Female	8662	8662

**Notas:** Os termos foram excluídos durante a revisão manual pela baixíssima aderência às dimensões pesquisadas (direitos)

**Fonte de dados:** dados da pesquisa.

Os termos foram inseridos no software Atlas.ti 9 e cada um dos termos dentro de cada dimensão de direitos foi codificado individualmente, constituindo aquilo que Bardin (2011) definiu como unidade de registro. A unidade de contexto foi definida como sendo a “frase”, ou seja, segmentos de texto separados por pontos finais. Os “termos basilares” foram codificados de forma diferente. Utilizamos todos os termos de uma vez, separados pelo operador booleano “ou”, e utilizando como unidade de contexto o parágrafo. A estratégia foi gerar co-ocorrências com os demais termos a fim de facilitar a inspeção manual dos outros códigos/termos utilizados nos três diferentes tipos de direitos. A inspeção manual implicou na leitura individual de todos os segmentos de texto (frases) identificados no processo de codificação automática a fim de excluir as codificações “espúrias”. O resultado final, está apresentado na coluna “Codificação final”.

Pela Tabela 01 podemos observar que a dimensão 1.4 – Direito de Propriedade não retornou nenhum resultado. Dessa forma, a dimensão foi excluída de todas as análises posteriores. É possível observar também a aderência da grande maioria dos termos atrelados aos objetivos da pesquisa, apesar de os documentos de 1975, 1980 e 1985 serem escaneados e o OCR apresentar muitos problemas, limitando o funcionamento ótimo do software Atlas.ti.

Primeiramente, cabe analisarmos o quanto cada dimensão pesa no resultado final. Os termos buscados resultaram em 3.588 marcações alinhadas com os objetivos da pesquisa, que representam o somatório de todos os códigos apresentados na tabela 1. Os Direitos Civis (dimensão 1) tiveram um total de 1.466 codificações, a dimensão 2, Direitos Políticos, tiveram 75 resultados, e os Direitos Sociais, dimensão 3, foram identificados 1.694 vezes e a dimensão 4, Interseccionalidades, 353.

Em segundo lugar, cabe uma visão geral, dessa vez observando os documentos individualmente. Aqui um primeiro desafio se impõe: como comparar documentos tão

**Baccarini et al.. A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

distintos? A Tabela 2 abaixo ilustra esse problema ao informar o leitor sobre o número de páginas de cada um dos documentos da ONU:

**Tabela 02:** número de páginas por documento

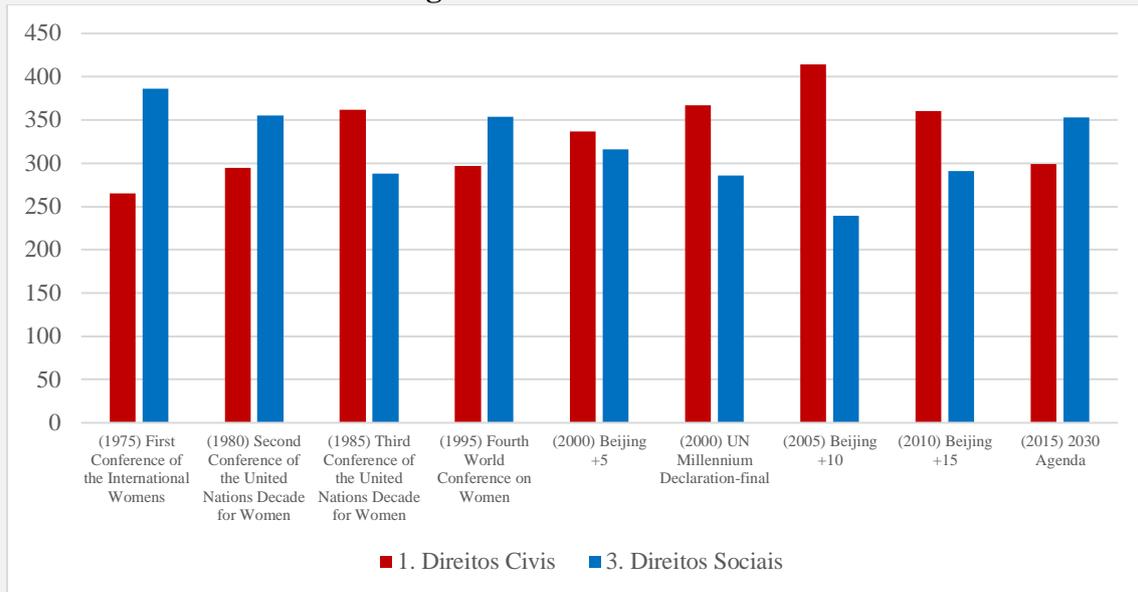
<b>Documento</b>	<b>Número de páginas</b>
(1975) Report of the First World Conference of the International Womens Year	203
(1980) Report of the Second World Conference of the United Nations Decade for Women	246
(1985) Report of the Third World Conference of the United Nations Decade for Women	309
(1995) Report of the Fourth World Conference on Women	223
(2000) Beijing +5	54
(2000) UN Millennium Declaration	11
(2005) Beijing +10	127
(2010) Beijing +15	103
(2015) 2030 Agenda	35

**Fonte de dados:** dados da pesquisa.

Por óbvio, um documento com 309 páginas como o da Terceira Conferência da ONU sobre as Mulheres terá um volume muito maior de resultados em termos absolutos do que um documento com onze páginas, como é o caso da Declaração do Milênio. A forma que encontramos para minimizar esse efeito foi normalizar os dados. O software Atlas.ti possui um recurso de normalização integrado para análise dos resultados. Segundo nota do próprio software, a normalização equaliza a densidade de codificação de todos os documentos na tabela. Cada documento é considerado como tendo as mesmas quantidades de citações. Desta forma, documentos desbalanceados tornam-se comparáveis para frequências relativas à códigos, como é o caso do trabalho desenvolvido. Observação importante, com a normalização, os valores apresentados nos gráficos a seguir diferem daqueles da Tabela 1.

Uma vez realizado o procedimento, comparar os resultados agregados para cada uma das três dimensões de direitos, conforme os gráficos abaixo:

**Figura 01:** Direitos Civis e Sociais

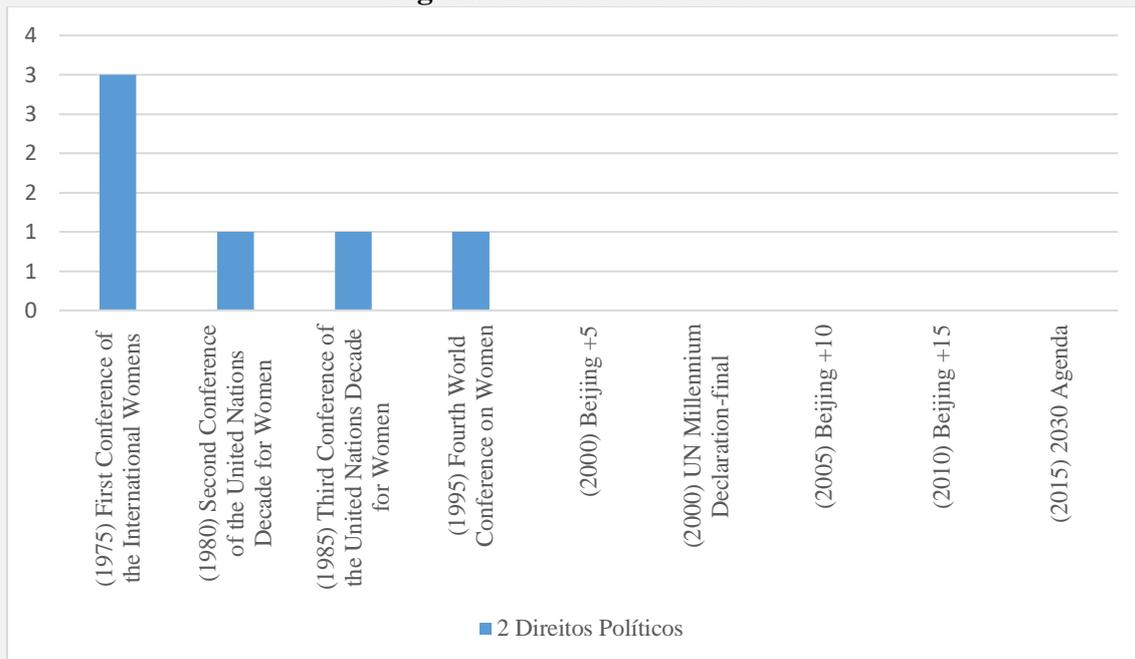


**Fonte de dados:** dados da pesquisa

O Gráfico 1 deixa evidente a preponderância das temáticas relacionadas aos direitos civis e aos direitos sociais nos nove documentos. Além do mais, chama a atenção também para a relativa estabilidade dos temas ao longo de 40 anos de debates em torno da questão das mulheres na ONU. Voltaremos a esse ponto posteriormente.

Por outro lado, quando tratamos de direitos políticos a situação é totalmente distinta. Primeiramente cabe observar que os termos buscados retornaram poucos resultados. Conforme consta na Tabela 1, a codificação encontrou somente 4 menções ao direito à voto. Mesmo normalizado (para fins de comparação com os gráficos anteriores) o resultado, os valores são muito baixos para serem incluídos e comparados com os direitos civis e sociais no Gráfico 1, demandando uma representação específica, o Gráfico 2 abaixo.

**Figura 02:** Direitos Políticos



Fonte de dados: dados da pesquisa

Como fica claro no Gráfico 2, os Direitos Políticos, tal como definido no escopo deste trabalho, tiveram uma relevância tímida e localizada nas quatro primeiras Conferências sobre Mulheres da ONU. Cabe notar que entre a segunda e a quarta conferência, a presença dessa dimensão foi pontual.

Essa pequena relevância dos direitos políticos e sua concentração nas primeiras conferências, reforçam a amplitude da pauta feminista, que não se concentra somente nos direitos políticos, pauta essencial do feminismo liberal. Uma possível explicação também seria o direito ao voto ter sido alcançado em grande parte dos países do mundo. Além disso, ao longo das décadas, vemos a predominância que o feminismo do Sul Global adquire na ONU, trazendo mais destaque a pautas atreladas a questões sociais, conectando desenvolvimento e questões de gênero.

Como a observação das dimensões agregadas não permitiu a identificação de nenhuma tendência, procedemos com a análise das dimensões desagregadas. Cabe observar que a análise das dimensões desagregadas impacta a normalização dos dados, ou seja, a frequência de cada termo pesquisado varia em função dos demais. Abaixo, selecionamos alguns termos que apresentam dados considerados mais interessantes para essa pesquisa, tendo em vista que ao desagregar as dimensões, alguns termos apresentam pouca relevância não somente numérica, mas também para a análise.

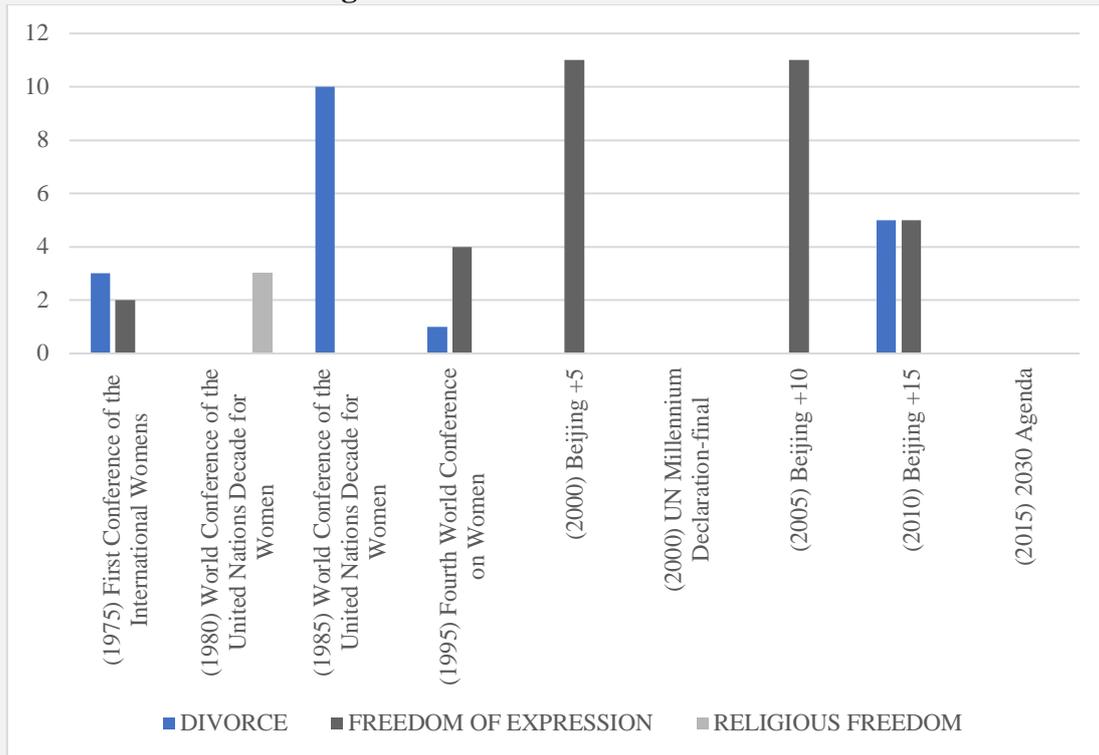
**Figura 03:** Direitos Civis - Igualdade



Fonte de dados: dados da pesquisa

Em primeiro lugar, cabe observar que a opção por termos mais generalistas e menos deterministas aparentemente é uma estratégia quando se trata de direitos das mulheres. Isso pode ser observado quando o termo “igualdade” é muito mais utilizado do que “direitos iguais”. A igualdade enquanto conceito filosófico é atraente, mas torná-la real, e palpável, depende de especificá-la em direitos, em políticas públicas. Desta forma, é interessante notar como somente na Declaração do Milênio e, posteriormente, na Agenda 2030, temos o aumento do termo “direitos iguais” e a redução no quantitativo do termo “igualdade”, o que pode indicar a busca pela efetivação da igualdade por meio de direitos mais específicos, favorecendo a criação de políticas públicas.

**Figura 03:** Direitos Civis - liberdades

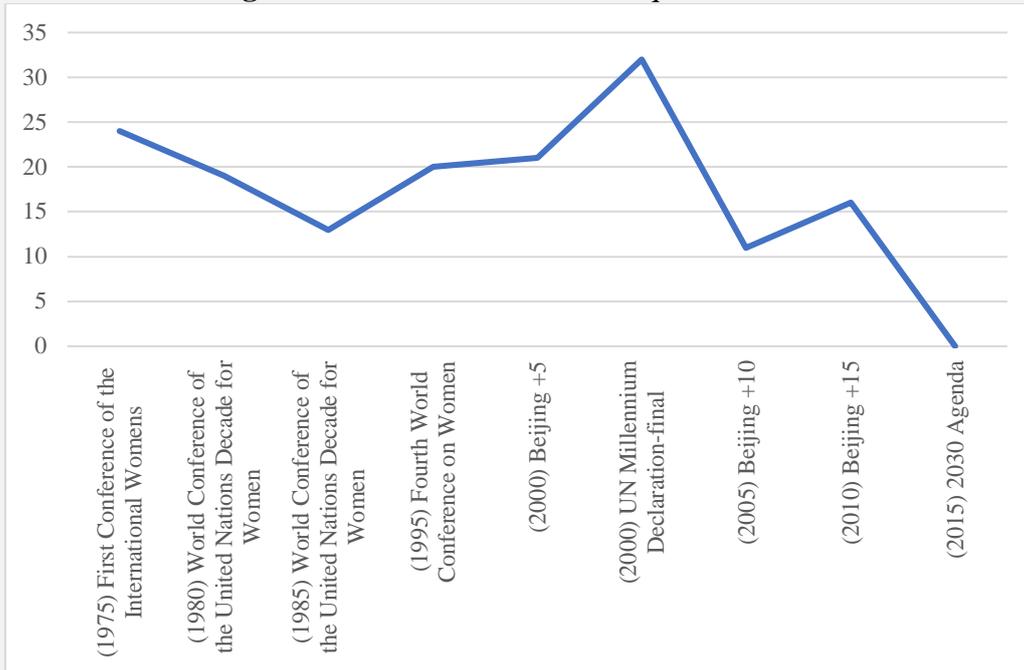


Fonte de dados: dados da pesquisa

Em relação aos direitos civis atrelados à liberdade, vemos que é um tema que relativamente aparece pouco ao longo das décadas, com maior relevância em determinados momentos. Enquanto liberdade religiosa aparece somente na II Conferência, a liberdade de expressão, que também aparece em 1975, perde espaço e só retorna como tema em 1995, na IV Conferência, em Pequim, adquirindo mais força nos anos seguintes, apesar de não ter aparecido enquanto tema na Declaração do Milênio e na Agenda 2030.

Por fim, incluímos também na análise o divórcio, que surge na primeira conferência, desaparece na segunda e só retorna na Terceira conferência, com mais força, e em 2010, de forma menos incisiva.

**Figura 05:** Direitos Civis – destaque liberdades

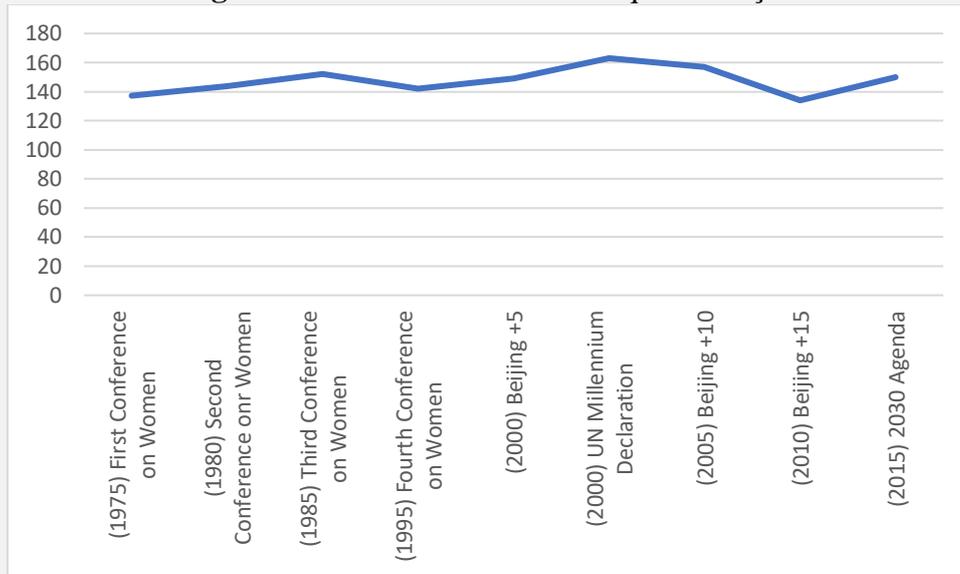


Fonte de dados: dados da pesquisa

De forma geral, como podemos ver, os direitos atrelados ao conceito da liberdade adquirem mais força na Declaração do Milênio, e vai perdendo força nas décadas seguintes, inclusive na Agenda 2030.

Por outro lado, quando falamos de educação, uma das principais pautas do movimento feminista desde a primeira onda, o direito à educação das mulheres e meninas é discutido como pauta da agenda na ONU desde o primeiro momento, aparecendo de forma absolutamente constante nos documentos da organização ao longo das décadas.

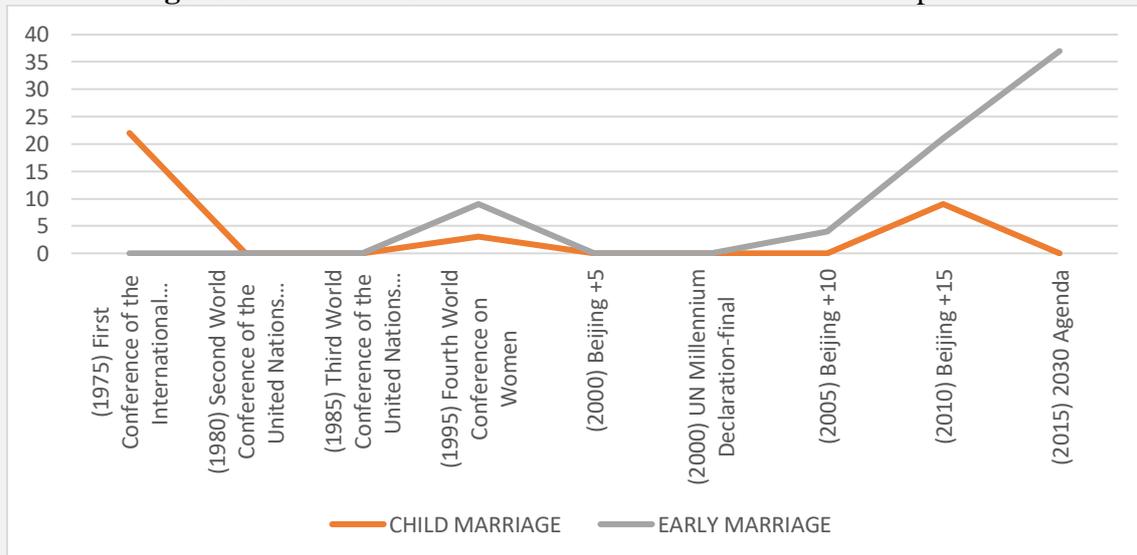
**Figura 06:** Direitos Sociais: destaque educação



Fonte de dados: dados da pesquisa

Já quando se trata de direitos mais polêmicos, como aos direitos civis atrelados à vida e segurança, vemos também o reflexo do embate entre os termos no que se refere ao casamento infantil. No gráfico 7, observamos a tendência em não se incluir nos documentos oficiais o termo “*child marriage*” e a troca estratégica, a partir da Conferência de Pequim + 10 pelo termo “*early marriage*”, menos sujeito a questionamento.

**Figura 07:** Direitos Civis: Casamento infantil vs casamento precoce

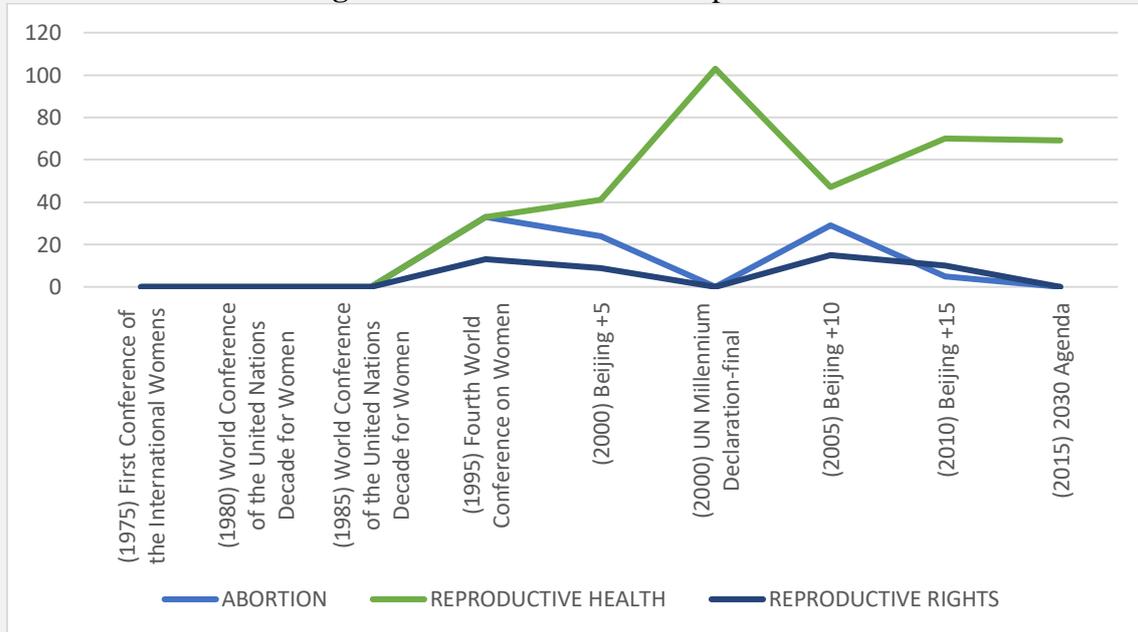


Fonte de dados: dados da pesquisa

Da mesma forma, vemos também a relação inversa entre termos “direitos reprodutivos” (e aborto) e saúde reprodutiva, no Gráfico 8. Enquanto o termo “direitos

reprodutivos” está diretamente associado ao termo “aborto”, o termo “saúde reprodutiva” é mais atrelado à precaução, proteção à saúde, podendo tratar até de prevenção à gravidez e métodos anticoncepcionais, mas nunca aborto (Kabeer & Sweetman, 2015).

**Figura 08:** Saúde e Direitos Reprodutivos



Fonte de dados: dados da pesquisa

Por fim, de forma a trazer, ao menos parcialmente, alguns apontamentos em relação à interseccionalidade, analisamos também a relação entre raça e gênero nos documentos oficiais da ONU. Desta forma, alguns termos também foram analisados em relação aos termos basilares anteriormente mencionados. São eles: *Black Women; Colour; Ethnic; Ethnic Group; Ethnic Origin.; Ethnicity; Race; Racial Discrimination; Racism.*

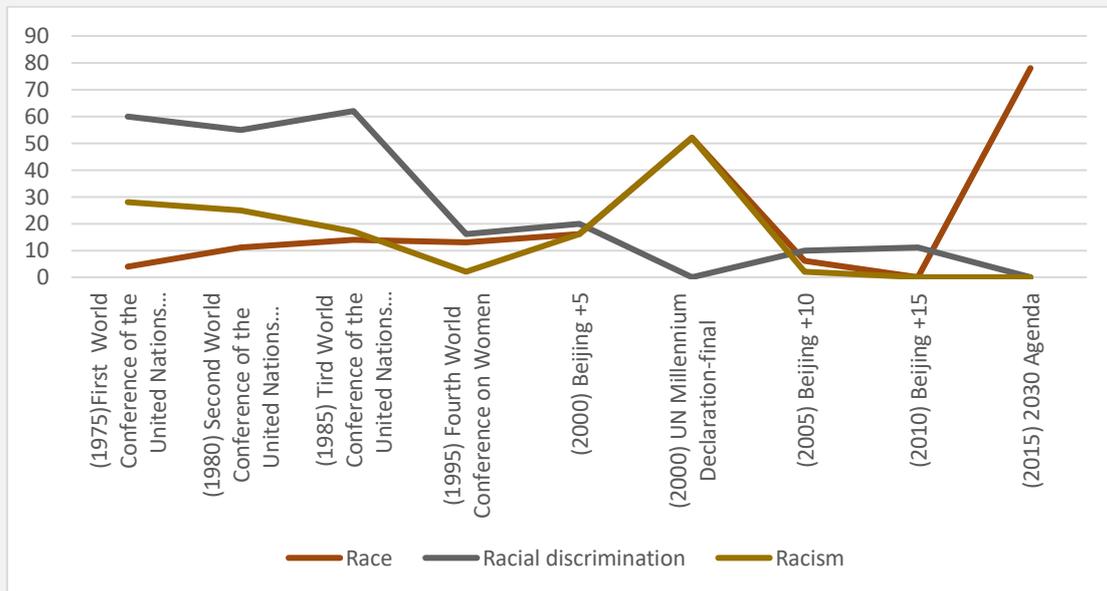
**Tabela 03**

	(1975)First World Conference	(1980) Second World Conference	(1985) Tird World Conference	(1995) Fourth World	(2000) Beijing +5	(2000) UN Millennium Declaration-	(2005) Beijing +10	(2010) Beijing +15	(2015) 2030 Agenda	Totais
Black Women	0	7	3	0	0	0	0	0	0	10
Colour	0	0	2	4	0	0	0	0	0	6
Ethnic	1	0	2	15	8	0	2	3	0	31
Ethnic Group	2	0	2	4	0	0	0	0	0	8
Ethnic Origin	1	0	3	1	0	0	2	0	0	7
Ethnicity	0	0	3	3	8	0	4	5	52	75
Race	4	11	14	13	16	52	6	0	78	194
Racial Discrimination	60	55	62	16	20	0	10	11	0	234
Racism	28	25	17	2	16	52	2	0	0	142

Ao analisarmos mais detalhadamente nos documentos o termo 'racial discrimination', podemos observar que no contexto das falas sobre mulheres e termos

basilares esta foi uma agenda que surge e se mantém especialmente até o fim do apartheid na África do Sul (1948-1994).

**Figura 09:** Questões étnico-raciais



**Fonte de dados:** dados da pesquisa

Por outro lado, 'race' é um dos termos caros tanto à agenda ODM como a ODS e 'racism' é quase sempre usado juntamente (na mesma frase) com 'race', com exceção do documento relativo aos ODS. Como explicação para o aumento do debate interseccional entre gênero e raça, temos que na agenda de desenvolvimento há uma grande demanda por dados desagregados sobre questões de gênero e étnico raciais, o que provavelmente explica esses picos.

## 5. Conclusão

O feminismo é um movimento social, filosófico e político que questiona a estrutura da sociedade e busca inserir as mulheres em lugares antes negados a elas, como, nos processos decisórios, na política, no mercado de trabalho e nas escolas e universidades. As ideias do feminismo causaram mudanças para além do campo teórico e acadêmico, dado que se desenvolveram nos movimentos de militância e estiveram presentes nas articulações políticas do sistema internacional, tendo como exemplo os lobbies necessários ao longo das Conferências da ONU.

A categorização do movimento a partir das ondas demonstra o que os diferentes grupos de mulheres buscavam em cada período, uma vez que cada geração foi marcada por especificidades nas suas pautas de luta; sendo, portanto, necessário destacar que as

**Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

ondas não são excludentes, visto que uma origina a outra, fazendo delas um movimento conectado e que atua em conjunto.

Podemos destacar três grupos de direitos que refletem as pautas dos feminismos, a serem inseridos na agenda da ONU: os direitos políticos, civis e sociais. A busca pela participação política; emancipação feminina; educação universal; direitos sexuais, reprodutivos e à vida; acesso ao mercado de trabalho, entre outros temas, se constituem no conteúdo analisado dos documentos da ONU. Assim, a partir da elaboração do codebook, essas temáticas foram observadas nos documentos oficiais, em diferentes frequências e de acordo com cada período.

Enquanto a busca pelos direitos políticos esteve concentrada, o foco nos direitos sociais e civis ocorreu de forma mais equilibrada, uma vez que apareceu em todos os nove documentos, sendo reflexo das diferentes temáticas que eles abordavam. Ou seja, a atenção às questões relacionadas à saúde e direito reprodutivo, educação, trabalho, liberdade e segurança foram centrais ao debate; sendo, essas temáticas também presentes durante as três primeiras ondas do feminismo.

A diversificação do movimento, saindo do eixo euro-americano, também é observável nos debates, com a inclusão de temáticas diversas e específicas de cada localidade, dando voz e lugar para os diferentes grupos de mulheres, como, por exemplo, as feministas do Sul Global que lutavam em prol da liberdade dos seus países, nos movimentos de descolonização e na luta contra o imperialismo. Essa temática da busca pela “liberdade” também apareceu ao longo de todos os documentos, e em especial se recortamos a liberdade religiosa e de expressão, ou mesmo o direito ao divórcio, que se encaixa no direito civil.

Os ideais do feminismo liberal e radical também estiveram presentes ao longo das quatro Conferências sobre Mulheres, abordando questões relacionadas ao desenvolvimento, a participação e direitos políticos, a paz e a saúde. O feminismo identitário, do bem-estar social, pós-colonial e interseccional também aparecem ao longo dos documentos, mas em menor ocorrência.

Os documentos do Beijing +5, Beijing +10 e Beijing +15, por sua vez, destacam sobre as violências sofridas pelas mulheres, parte das pautas de debate inseridas no tema do direito civil do feminismo da quarta onda. Os ODM e ODS, por sua vez, se voltam para todas as temáticas abordadas ao longo do debate feminista, uma vez que conseguem abranger a extensa agenda feminista.

**Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

Por fim, em relação à interseccionalidade entre raça e gênero, podemos observar que, até a elaboração dos ODM e ODS, esta agenda esteve diretamente atrelada ao apartheid na África do Sul. Somente a partir do interesse específico por dados desagregados entre gênero e raça com a Declaração do Milênio, que vemos uma discussão mais profícua a respeito dos direitos das mulheres negras.

Sendo assim, podemos concluir que se percebe um movimento pela inserção da agenda feminista nos documentos oficiais da ONU. Entretanto, essa inclusão vem ocorrendo de forma desigual, em especial quando observamos os direitos das mulheres negras.

Especificamente, a análise aponta que o âmago do debate na ONU se orienta muito mais por direitos sociais enfatizados pelas demandas do feminismo do Sul Global. Nesse sentido, a ascensão desse feminismo enfatiza os problemas atrelados ao desenvolvimento enfrentados pelas mulheres, além da presença de demandas e pautas difusas presentes nos feminismos, que recebem ou perdem ênfase incrementalmente ao longo das décadas.

Ou seja, o avanço da pauta feminista na ONU pode ser puxado não somente pelos movimentos feministas e suas ideias em isolado, mas também por temas e agendas mais difusos no debate internacional, como os processos de descolonização de Estados africanos, os direitos humanos de forma mais genérica, questões de paz e segurança internacional e, atualmente, com as discussões sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável.

Assim, faz-se necessário um aprofundamento das discussões que tratem da interseccionalidade da temática feminista com questões étnico-raciais e socioeconômicas na ONU, especificamente no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Por fim, cabe ressaltar que a inserção da agenda feminista também vem ocorrendo não somente por inclusão das ideias especificamente em documentos oficiais, mas também pela mudança organizacional, com a criação de órgãos e instituições específicos, como a ONU Mulheres, em 2010. O entrelaçamento da criação de instituições formais e o fortalecimento da agenda feminista na organização é algo a ser observado nas próximas décadas, a depender do contexto político que nos espera.

**Baccarini et al.. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

## **Referências**

- Alves, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline (2003). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Beauvoir, Simone de (2008). *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira.
- Brasil. *Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança* (2017, março). Brasília.
- Campbell, J. L. (1998). Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy. *Theory and Society*, 27(3), 377-409.
- Campbell, J. L. (2004). *Institutional Change and Globalization*. Princeton University Press.
- Carvalho, José Murilo de. (2002) *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Charlesworth, H., & Chinkin, C. (2013). The creation of UN Women. *Max Planck Yearbook of United Nations Law, Forthcoming, RegNet Research Paper*, (2013/7).
- Confortini, C. C. (2010). Feminist contributions and challenges to peace studies. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*.
- Conran, J. and Thelen, K. A. (2016). Institutional change. In: *The Oxford handbook of historical institutionalism*. Oxford University Press. pp. 51-70.
- Friedan, Betty (1971). *A Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada.
- Garcia, Carla Cristina (2015). *Breve história do feminismo*. 3. ed. São Paulo: Claridade.
- Gouges, Olympe de (2007). Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. 1791. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 4, n. 1, Florianópolis, jan/jun.
- Gray, M., & Boddy, J. (2010). Making sense of the waves: Wipeout or still riding high?. *Affilia*, 25(4), 368-389..
- Greif, A., & Laitin, D. D. (2004). A theory of endogenous institutional change. *American political science review*, 98(4), 633-652.
- Hirsu, L., Hashemi, L., & Quezada-Reyes, Z. (2019). SDG 5: Achieve gender equality and empower all women and girls. *RMIT University, Melbourne*.
- Hooks, Bell (2020). *Eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. 4º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Jain, D. (2005). *Women, development, and the UN: A sixty-year quest for equality and justice*. Indiana University Press.

**Baccarini et al. *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.***

Kang, M., Lessard, D., & Heston, L. (2017). *Introduction to women, gender, sexuality studies*. University of Massachusetts Amherst Libraries.

Kabeer, N & Sweetman, C. (2015). Gender, poverty, and inequality: a brief history of feminist contributions in the field of international development. *Gender & Development*, 23(2), 189-205.

Mahoney, J., & Thelen, K. (Eds.) (2010). *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11, 647-654.

ONU MULHERES (2000, 5 - 9 June). *Five-year Review of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action (Beijing + 5) held in the General Assembly*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2016). A/RES/70/1. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1995). *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. Pequim.

Pacheco, M. L. P. (2018). *A participação das mulheres nos processos de paz: uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).

Perissinotto, R., & Stumm, M. G. (2017). The Ideational Turn: When and How Ideas Matter. *Revista de Sociologia e Política*, 25(64), 121-148.

Schmidt, V. A. (2010). Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. *European political science review*, 2(1), 1-25.

Sen, G. (2019). Gender Equality and Women's Empowerment: Feminist Mobilization for the SDG s. *Global Policy*, 10, 28-38.

Silva, J. M. (2019). *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Publicação independente.

Snyder, R. C. (2008). What is third-wave feminism? A new directions essay. *Signs: Journal of women in culture and society*, 34(1), 175-196.

Stephenson, C. M. (1982, January). Feminism, pacifism, nationalism, and the United Nations Decade for Women. In *Women's Studies International Forum* (Vol. 5, No. 3-4, pp. 287-300). Pergamon.

**Baccarini et al.** *A inserção da pauta feminista na agenda da ONU: dos documentos da I Conferência da Mulher aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Walters, M. (2021). *Feminismo: Uma breve introdução*. Editora Dialética.

Weyland, K. (2008). Toward a new theory of institutional change. *World Politics*, 60(2), 281- 314.

Wollstonecraft, M. (2016). *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo Editorial.

Zinsser, J. P. (2002). From Mexico to Copenhagen to Nairobi: The United Nations Decade for Women, 1975-1985. *Journal of World History*, 139-168.